

JORNALISMO, POLÍTICA E OPINIÃO: A COBERTURA SOBRE A VOTAÇÃO DO MARCO CIVIL NA INTERNET NOS EDITORIAIS DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO

Camila Mont'Alverne¹

Resumo:

O objetivo do trabalho é entender como os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo retrataram, em seus editoriais, a controvérsia cercada a votação do Marco Civil da Internet na Câmara dos Deputados. A ideia é compreender, não somente, como os periódicos viam o projeto de lei, mas também como se posicionavam na discussão, que ia além do Marco Civil e envolvia disputas entre governo e base aliada. São investigados qualitativamente 10 editoriais. Foram identificados diversos enquadramentos adotados pelos textos. Os resultados apontam uma priorização do conflito entre a Presidência e a base aliada. Também são abordadas questões de cunho substancial, como brechas no projeto e a defesa da neutralidade de rede. Os jornais apoiam o projeto, mas destacam problemas e interesses diversos que comprometem a lei.

Palavras-chave: Jornalismo. Editorial. Enquadramento. Política. Marco Civil da Internet.

1. Introdução

O Marco Civil da Internet nasceu após reação da sociedade civil a um dos projetos para regulamentação da web que tramitavam no Congresso Nacional, de autoria do senador Eduardo Azeredo e conhecido como AI-5 digital. O Ministério da Justiça, então, iniciou uma consulta pública para a construção de uma lei, que viria a se tornar o Marco Civil (SAMPAIO; BRAGATTO; NICOLÁS, 2013).

Em 2013, o Executivo solicitou urgência para a votação do projeto no Congresso Nacional². O pedido da Presidente não foi suficiente, no entanto, para a aprovação do Marco, que trancou a pauta até o final de março de 2014³. Após pouco menos de um mês, o Senado

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Integrante do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE/UFC). E-mail: camilapessoa31@gmail.com

² Disponível em <http://glo.bo/1sCX61T>. Acesso em 4 mai 2014.

³ Disponível em <http://bit.ly/1py6OPq>. Acesso em 4 mai 2014.

Federal também aprovou o texto enviado pela Câmara⁴ e o projeto foi sancionado pela Presidente Dilma⁵.

O objetivo deste artigo é perceber como os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo abordaram a controvérsia envolvendo o Marco Civil da Internet. A ideia não é entender, somente, como os periódicos encaravam o projeto de lei, mas também como eles se posicionavam na discussão, que ia além do Marco Civil e envolvia disputas entre governo e base aliada. Para isto, a análise se limitará à cobertura, nos editoriais, desde o momento em que o projeto começa a trancar a pauta da Câmara dos Deputados até quando é aprovado na Casa e enviado ao Senado.

2. Jornalismo político e enquadramento

As plataformas tradicionais de comunicação “são a fonte, direta ou indireta, da esmagadora maioria das informações de que os cidadãos dispõem para compreenderem o mundo social em que vivem” (MIGUEL, 2014, p. 120). Isso significa que grande parte do acesso dos cidadãos aos agentes políticos se dá por intermédio das empresas de comunicação. O papel da comunicação de massa, portanto, vai além da mediação entre a esfera civil e os agentes políticos.

A comunicação de massa exerce uma função vital no funcionamento dos sistemas democráticos, ao reportar o que os representantes eleitos estão fazendo nos gabinetes. (...) Embora a mídia não seja a única fonte de informação sobre a performance dos representantes, é, de longe, a mais importante (ARNOLD, 2004, p. 1, tradução própria⁶).

As peculiaridades envolvendo a configuração do material jornalístico fazem com que o Jornalismo tenha uma atuação partidária, independentemente da existência de um alinhamento político-partidário (BIROLI, 2012). Dessa forma, algumas perspectivas de política estão em evidência na cobertura política.

A cobertura política não, portanto, é aleatória. Há motivos, ligados a regras específicas do campo do Jornalismo, mas também a interesses diversos, para alguns assuntos figurarem nas páginas dos jornais e outros não. Com isso, a ideia de enquadramento ganha importância.

⁴ Disponível em <http://glo.bo/1idh54L>. Acesso em 4 mai 2014.

⁵ Disponível em <http://bit.ly/1ovmZLI>. Acesso em 4 mai 2014.

⁶ Todas as traduções deste artigo são próprias.

Enquadramento, ou *framing*, pode ser definido como “selecionar e jogar luz sobre aspectos de um evento ou de um assunto, e fazer conexões entre eles para promover uma interpretação particular, uma avaliação e/ou solução” (ENTMAN, 2004, p. 5). Os *frames* podem definir problemas, diagnosticar suas causas e sugerir soluções para tais questões. “Enquadramentos trabalham ideologicamente e expressam relações sociais de poder (VAN GORP, 2010); cada enquadramento é parte e deriva de um discurso social ideológico, relacionado com poder social, político e econômico” (DJERF-PIERRE *et al*, 2013, p. 964).

No texto editorial, a adoção de determinados enquadramentos pode esclarecer o lugar de fala das publicações. Ao se dirigir – de forma prioritária – às elites políticas (IZADI; SAGHAYE-BIRIA, 2007; MELO, 1985), o gênero carrega a pretensão do periódico em influenciar em políticas públicas, na administração ou, mesmo, no jogo político; ao mesmo tempo em que oferece uma visão de mundo aos leitores (HALLOCK, 2007).

O estudo do material possibilita, portanto, enxergar o papel político que as empresas de comunicação julgam ocupar socialmente, ao defender ou rechaçar determinadas agendas em espaço institucional.

3. Estratégias metodológicas

O *corpus* do trabalho é composto por 10 editoriais publicados pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. A fim de permitir entender como os jornais se posicionaram acerca da controvérsia cercada a votação do Marco Civil na Câmara dos Deputados, o artigo se debruçará sobre um período específico da cobertura. Serão analisados textos publicados entre o dia 28 de outubro de 2013 – data em que o projeto passa a trancar a pauta de votações – e 31 de março de 2014, o último dia do mês em que a lei foi aprovada, o que permite acompanhar a repercussão da aprovação. Como, em dezembro e janeiro, costuma haver menos cobertura dos assuntos políticos e, em especial, do legislativo, por conta do recesso parlamentar, os meses não foram considerados. O critério de seleção para os editoriais foi que estes citassem o termo “Marco Civil da Internet”.

A tabela 1 lista os textos analisados, a data em que foram publicados e a qual jornal pertencem.

Tabela 1 – Lista de textos analisados

| Título do editorial | Data de publicação | Jornal |
|-----------------------------|---------------------------|----------------------|
| A neutralidade necessária | 30/10/2013 | O Estado de S. Paulo |
| Liberdades ameaçadas | 05/11/2013 | O Estado de S. Paulo |
| Internet livre em perigo | 12/03/2014 | O Estado de S. Paulo |
| O PMDB força a mão | 19/03/2014 | O Estado de S. Paulo |
| Passa a ‘Carta da Internet’ | 27/03/2014 | O Estado de S. Paulo |
| Falso impasse na Internet | 03/11/2013 | Folha de S. Paulo |
| Internet para o usuário | 08/11/2013 | Folha de S. Paulo |
| Nem depois do Carnaval | 02/03/2014 | Folha de S. Paulo |
| O negócio da Internet | 19/03/2014 | Folha de S. Paulo |
| #finalmente | 28/03/2014 | Folha de S. Paulo |

A análise dos textos mistura elementos qualitativos e quantitativos e se utiliza da análise de conteúdo, aliada à identificação dos enquadramentos na cobertura. O processo é semelhante ao empreendido por Vimieiro (2010) e por Mont’Alverne e Marques (2013). A análise de conteúdo trabalha com a “materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683-684).

Após contato com os textos, foram identificados os enquadramentos que se repetiam na cobertura, visando classificar a ocorrência deles nos editoriais. Ressalte-se que mais de um enquadramento poderia estar presente no mesmo texto. Foram identificados, também, os personagens e instituições citados nos textos. Identificar quem é mencionado nos textos – e com qual recorrência – permite ter uma ideia de a quem o periódico se endereça e quem advoga representar.

A tabela a seguir traz a lista de enquadramento encontrados nos textos.

Tabela 2 – Enquadramentos encontrados nos editoriais

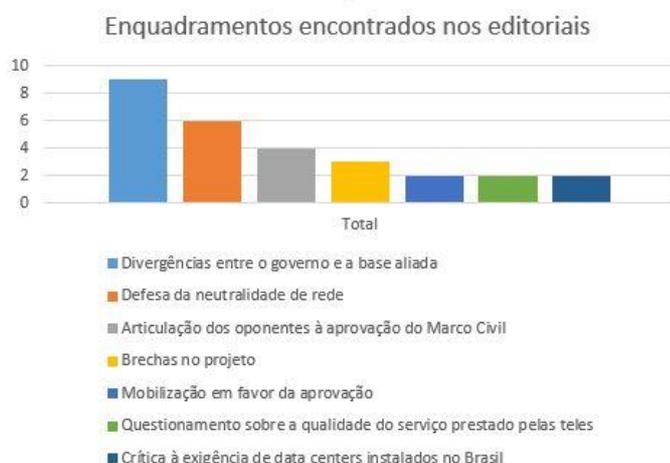
| Enquadramentos encontrados |
|---|
| Divergências entre o governo e a base aliada (destaque aos conflitos entre o governo e a base aliada) |
| Defesa da neutralidade de rede (defesa da aprovação do Marco Civil garantindo a neutralidade de rede) |
| Articulação dos oponentes à aprovação do Marco Civil (movimentação das instituições e personagens que se opunham à aprovação do projeto) |
| Brechas no projeto (problemas na lei, que possibilitariam que ela fosse burlada) |
| Mobilização em favor da aprovação (movimentação das instituições e personagens favoráveis à aprovação do Marco Civil) |
| Questionamento sobre a qualidade do serviço prestado pelas teles (críticas à qualidade do serviço oferecido pelas empresas de telecomunicações) |
| Crítica à exigência de <i>data centers</i> instalados no Brasil (crítica ao trecho do projeto que exigia a instalação de <i>data centers</i> no Brasil pelas empresas que atuassem no país) |

O texto procura, além de classificar e quantificar os enquadramentos e identificar os personagens mencionados nos editoriais, explorar detidamente o conteúdo dos textos, trazendo trechos deles para situar o leitor, semelhante ao que é feito por Marques e Mont’Alverne (2013) e por Djerf-Pierre *et al* (2013). Porém, pelas limitações de espaço, serão trazidos apenas trechos de alguns editoriais.

Na próxima seção, será apresentada a análise empírica dos textos.

4. Análise empírica

Gráfico 1 – Enquadramentos encontrados nos editoriais dos dois jornais



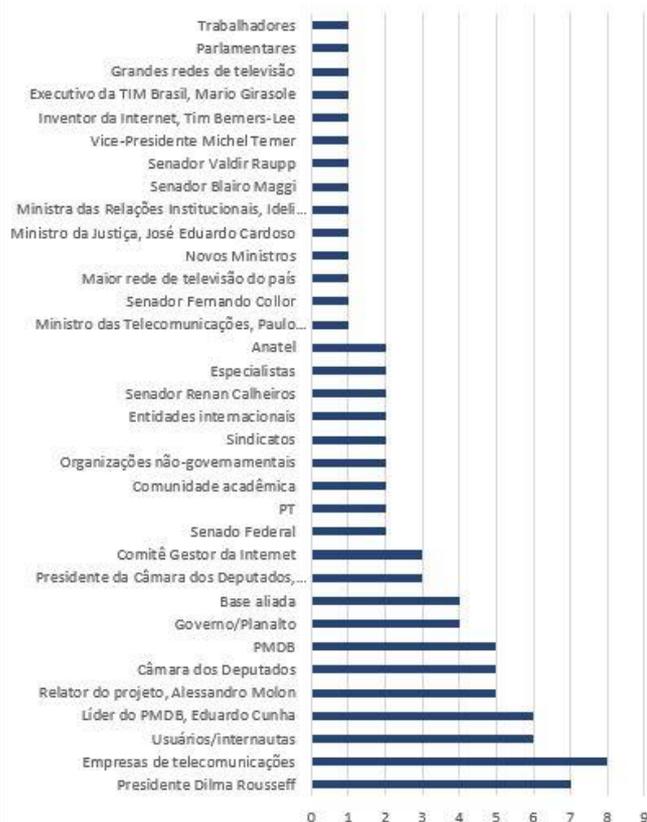
O gráfico 1 quantifica o total de textos no qual cada um dos enquadramentos adotados pelos jornais apareceu. O enquadramento mais frequente versa sobre as divergências entre governo e base aliada, estando presente em 90% dos editoriais. Em seguida, vem a defesa da neutralidade de rede, feita em 60% dos textos. A articulação dos oponentes à aprovação do Marco Civil participa de 40% dos textos, enquanto a menção a brechas no projeto ocupa 30% dos editoriais. Adiante, três enquadramentos aparecem em 20% dos casos. São eles: mobilização em favor da aprovação do Marco Civil; o questionamento sobre o serviço prestado pelas empresas de telecomunicações; e a crítica à exigência de *data centers* instalados no Brasil.

O gráfico 2, por sua vez, quantifica todos os personagens ou as instituições citadas nos editoriais. Para o trabalho ficar mais objetivo, serão destacados apenas os personagens mais recorrentemente mencionados. Em primeiro lugar, aparecendo em 80% dos textos, estão as empresas de telecomunicações, seguidas de perto pela Presidente Dilma Rousseff, citada por 70% dos editoriais. Posteriormente, presentes em 60% dos casos estão o líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha, e menções aos usuários ou internautas.

A fim de exemplificar os enquadramentos identificados na cobertura e o modo que as personagens e instituições foram citadas, serão analisados trechos dos editoriais.

10º interprogramas de mestrado FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Personagens e instituições citadas nos editoriais



Enquadramento “Divergências entre o governo e a base aliada”

O único editorial que não adota o enquadramento de divergências entre o governo e a base aliada é “Nem depois do Carnaval”, da Folha de S. Paulo. À falta de entendimento entre o Executivo e os deputados é atribuída, em diversos momentos, a demora na votação do Marco Civil da Internet.

Divergências até mesmo dentro do principal partido de sustentação do governo impediram a votação ontem, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que institui o chamado Marco Civil da Internet, que define direitos e deveres de usuários e provedores e estabelece as diretrizes para a atuação do poder público para o desenvolvimento da internet no País, e por isso vem sendo chamado de "Constituição da internet". (...) O projeto, que começou a ser elaborado em 2009 e é de grande importância para o País, está pronto para ser votado há um ano. Mas, por não atender inteiramente uma parte dos interessados na questão, sua votação vem sendo protelada (O Estado de S. Paulo, 30 out. 2013).

Com a volta do recesso parlamentar e, conseqüentemente, com a obrigatoriedade da votação do Marco Civil para destrancar a pauta, o Estadão aborda o assunto no texto “Internet livre em perigo”. O editorial ressalta a disputa política envolvendo o projeto.

O Marco Civil tem sido um dos instrumentos da pressão de políticos governistas sobre a presidente Dilma Rousseff, na queda de braço do PMDB por mais espaço no governo e nos palanques das eleições deste ano. (...) À mercê de um jogo que nada tem a ver com o interesse do País, e sim com as ambições de meia dúzia de caciques políticos, o Marco Civil, fundamental para definir a internet como o ambiente essencialmente democrático da era digital, pode ser desfigurado a ponto de permitir que um espírito autoritário ou mercantil dite suas regras de funcionamento (O Estado de S. Paulo, 12 mar. 2014).

Quando foi aprovado, o Marco foi pauta. O Estadão abordou o tema no editorial “Passa a ‘Carta da Internet’”. O jornal atribui a aprovação, principalmente, ao fato de a Presidente Dilma ter resolvido “fazer política”.

Descendo do salto alto, Dilma deixou de querer impor a sua vontade a uma ponderável parcela da Câmara em surto de autoafirmação, motivada embora pela fisiológica insatisfação com o que receberia do Planalto em verbas e cargos (O Estado de S. Paulo, 27 mar. 2014).

Enquadramento “Defesa da neutralidade de rede”

O segundo enquadramento identificado é a Defesa da neutralidade de rede. Seis dos dez textos trazem este viés à cobertura. São eles: “A neutralidade necessária”, “Liberdades ameaçadas”, “Internet livre em perigo”, “Falso impasse na internet”, “Internet para o usuário” e “O negócio da internet”. No primeiro deles, o Estadão contrapõe os interesses do usuário – “A neutralidade assegura a todos os usuários o acesso livre aos serviços de transmissão de voz e dados, sem necessidade de pagar valores adicionais por determinados serviços” (O Estado de S. Paulo, 30 out. 2013) – ao das teles, contrárias à neutralidade de rede.

A Folha de S. Paulo também defende a neutralidade no editorial “Falso impasse na internet”, do dia 3 de novembro. O jornal, assim como o Estadão, ressalta a importância da norma para garantir o livre acesso à web e os direitos do usuário.

No editorial “Internet livre em perigo”, o Estadão defende, pela última vez no material em tela, a neutralidade, criticando os interesses das empresas de telecomunicação.

Enquadramento “Articulação dos oponentes à aprovação do Marco Civil”

O enquadramento seguinte aborda a articulação dos oponentes à aprovação do Marco Civil. O *frame* foi encontrado em quatro textos. São eles: “Liberdades ameaçadas”, “Passa a ‘Carta da Internet’”, “Internet para o usuário” e “O negócio da internet”.

No editorial “Internet para o usuário”, do dia 8 de novembro, a Folha atribui a “interesses diversos, mas nunca os dos usuários” o adiamento das votações do Marco Civil.

Em “O negócio da Internet”, a Folha ressalta a articulação das empresas de telecomunicações junto aos parlamentares. “O que não se entende é o fato de tantos deputados considerarem razoável ficar contra o interesse de cerca de 100 milhões de internautas” (Folha de S. Paulo, 19 mar. 2013).

Enquadramento “Brechas no projeto”

Assim como o enquadramento anterior, “Brechas no projeto” também está presente em 3 textos, “Internet livre em perigo”, “Internet para o usuário” e “#finalmente”.

Em “Internet livre em perigo”, o Estadão fala claramente em brechas no projeto, indicando tais falhas.

o projeto do Marco Civil da Internet, que está prestes a ser votado, contém brechas que, além de permitirem "tratamento diferenciado" para internautas por parte das empresas fornecedoras, podem ser interpretadas como um aval para que o governo regulamente, por decreto, a "discriminação ou a degradação do tráfego" (O Estado de S. Paulo, 12 mar. 2014).

Em “#finalmente”, a Folha de S. Paulo ressalta que o saldo da aprovação do Marco Civil é positivo, mas identifica alguns problemas. “(...) o texto que saiu da Câmara contém exceções inexistentes na versão original. A mais preocupante é a que, a depender da interpretação, facilitaria a remoção de conteúdos publicados” (Folha de S. Paulo, 28 mar. 2014).

Enquadramento “Mobilização em favor da aprovação”

Assim como os periódicos registraram a movimentação dos opositores ao Marco Civil para impedir sua aprovação, a Folha menciona a articulação de diversos setores da sociedade para tentar garantir que o projeto fosse aprovado, nos textos “Falso impasse na internet” e em “O negócio da Internet”.

Enquadramento “Questionamento sobre a qualidade do serviço prestado pelas teles”

O Estado de S. Paulo, em dois momentos, faz críticas ao serviço oferecido pelas empresas de telecomunicações aos usuários. Isto acontece nos editoriais “Liberdades ameaçadas” e “Internet livre em perigo”.

Enquadramento “Crítica aos *data centers* instalados no Brasil”

Dois textos do Estadão criticam a exigência do governo de que *data centers* fossem instalados no Brasil pelas empresas que operassem no país. No primeiro, “A neutralidade necessária”, o jornal apresenta a questão como uma das divergências a atrasar a votação do Marco Civil. Já em “Passa a ‘Carta da Internet’”, o periódico menciona o recuo do governo na exigência da instalação dos *data centers* como uma saída honrosa para “o oportunista Eduardo Cunha render-se ao projeto sem perder a face”.

5. Discussão

O Jornalismo atua delimitando o que seria entendido como política, pois desempenha um papel na conformação do ambiente político e dos valores compartilhados pelo público (BIROLI; MIGUEL, 2012). A predominância de alguns personagens nos textos ou a adoção de certos enquadramentos ajuda a compor o cenário. Ao dar visibilidade a determinadas fontes em detrimento de outras, o Jornalismo reforça a autoridade delas (COOK, 2005). Para elas figurarem nos jornais, porém, é necessário que realmente tenham alguma legitimidade perante a sociedade ou ocupem lugar de destaque na realidade analisada. É o caso das menções à Presidente Dilma Rousseff e ao relator do projeto, respectivamente. O relator, em especial, figura nos textos por ocupar um cargo de relevância no contexto.

No caso dos editoriais, as menções também podem cumprir a função de pressionar os agentes envolvidos. As empresas de telecomunicações, instituições citadas em 80% dos textos, são um exemplo. Elas aparecem sempre como responsáveis pelo *lobby* contra a aprovação do Marco Civil e opositoras à neutralidade de rede. Citar a Câmara dos Deputados,

o Presidente dela e a Presidente da República, por sua vez, imputa responsabilidade a estes agentes e instituições políticos, além de cobrar providências.

Em relação aos enquadramentos identificados no material, o *frame* Divergências entre o governo e a base aliada está presente em todos os textos de O Estado de S. Paulo – e só não está em um da Folha. A recorrência deste enquadramento dá indicações sobre o que é priorizado na cobertura política. “Para muitos repórteres, conflito intenso entre presidente e Congresso, onde o prestígio presidencial está em jogo e o resultado não é certo, é a definição de notícias” (ARNOLD, 2004, p. 115).

Observar os textos classificados em tal enquadramento permite, ainda, perceber como os periódicos encaram a própria Presidente da República e o Congresso Nacional. O Marco Civil aparece como fonte de disputa entre o governo e a base aliada e seria ameaçado por diversos interesses. Os periódicos cobram o resguardo dos direitos dos usuários, independentemente do jogo político.

Ao mesmo tempo, a defesa da neutralidade de rede, que pode ser considerada uma questão substancial, ocupa espaço considerável na cobertura. A discussão sobre as brechas no projeto, sobre a qualidade do serviço prestado pelas teles e sobre a instalação de *data centers* no país também acontece em alguns textos, relativizando a ideia de que a cobertura estaria somente preocupada com os aspectos do jogo político (FALLOWS, 1997; GOMES, 2004; KOVACH; ROSENSTIEL, 2004; SCHUDSON, 2008), ainda que as disputas políticas apareçam frequentemente nos textos.

A priorização de certos enquadramentos, por sua vez, não ocorre por acaso. O jornal acaba por jogar luz sobre certos aspectos que julga mais importantes de serem debatidos, definindo a agenda. “(...) a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas” (MIGUEL, 2014, p. 119). Embora não tenha sido um assunto frequente nos editoriais, pois o Marco Civil aparece apenas 10 vezes em mais de 2 meses de cobertura analisados, os periódicos tentam estabelecer os limites do debate quando abordam o tema, defendendo o projeto e elencando suas brechas, que deveriam ser corrigidas. Visibilizar determinadas perspectivas pode, até, alterar o próprio funcionamento do campo político. “Matérias e editoriais ajudam a definir problemas, ligar problemas e alternativas e influenciar, ou, talvez, mais provavelmente, representar humores nacionais” (COOK, 1989, p. 121).

Os jornais dispõem, assim, da possibilidade de defender suas posições, ao mesmo tempo em que arbitram conflitos entre diferentes agentes da sociedade. Ao defender o Marco Civil ou indicar suas brechas, o periódico não está somente opinando. Está se colocando no debate público, representando interesses em especial, investido da legitimidade de defender o interesse público.

Considerações finais

O objetivo do artigo era perceber como os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo abordaram a controvérsia envolvendo o Marco Civil da Internet no período em que o projeto trancou a pauta da Câmara dos Deputados. A análise dos enquadramentos permite afirmar que o impasse para a votação do Marco Civil é encarado a partir do viés do conflito entre a base aliada e o governo Dilma. Ao mesmo tempo, os jornais também debatem questões substanciais, como a importância de resguardar a neutralidade de rede e as brechas existentes no projeto.

Apesar de apoiarem o Marco Civil, a Folha e o Estadão indicam problemas no projeto, deixando claro para a audiência que não o apoiam cegamente. Pelo contrário: teriam alertado sobre as falhas no texto e caberia aos agentes políticos envolvidos nas negociações as consertarem e resguardarem os interesses dos usuários, não os das empresas de telecomunicações e das redes de televisão.

A cobertura se desenrola de maneira ambígua. Se, por um lado, há a preocupação em apresentar à audiência os pontos principais do Marco Civil, por outro, há enfoque na crise política entre governo e base aliada. Destacar o conflito, no entanto, não é necessariamente ruim. Além de fornecer subsídios para o cidadão fazer uma espécie de *accountability* com os representantes, de acordo com a posição adotada por eles e a esperada pelos eleitores, podem ficar mais claros os interesses em disputa.

A análise dos editoriais permite, ainda, entender o que os periódicos pensam sobre diversos agentes políticos envolvidos nos assuntos mencionados e a quem se dirigem nos textos, pela identificação dos personagens e instituições mais mencionados. Os textos não se dirigem a estes agentes aleatoriamente, mas porque eles estão em posição de decidir. Colocá-

los sob vigilância da audiência é uma maneira de tentar coagi-los a adotar a agenda dos jornais.

O Jornalismo, se não detém o monopólio da atenção pública, dispõe da possibilidade de indicar quais os assuntos e posições mais relevantes, destacando alguns aspectos da realidade.

A mídia de grande público se mantém em posição central nas disputas pela construção simbólica do mundo social e pela definição das preferências. E essa centralidade corresponde a uma potência: a de fazer ver e atribuir relevância a aspectos do mundo social que se tornam visíveis atrelados a julgamentos e posições (BIROLI; MIGUEL, 2011, p. 23).

No caso do Marco Civil da Internet, os periódicos não se furtam à possibilidade de oferecer uma interpretação da realidade ao leitor. Mais que isso, procuram apresentar-se como guardiões da audiência propositadamente, enquanto defendem suas posições, que podem ou não ser as mesmas do público que dizem representar.

Referências

- ARMAÑANZAS, Emy; NOCÍ, Javier Díaz. **Periodismo y argumentación. Géneros de opinión.** Universidad del País Vasco, 1996.
- ARNOLD, R. Douglas. **Congress, the Press, and Political Accountability.** Princeton: Princeton University Press, 2004.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Razão e sentimento: a comunicação política e a decisão do voto.** Paper apresentado no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS). Porto Alegre (RS), 14 a 18 de junho de 2011.
- _____. **O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia.** Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1837.doc>. Acesso em 7 jun. 2012.
- CAREGNATO, R.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto Enfermagem*, Santa Catarina, v. 15, p. 679-684, 2006.
- COOK, Timothy E. **Making laws and making News.** Washington: The Brookings Institution, 1989.
- _____. **Governing with the news.** Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- DJERF-PIERRE, M. *et al.* Policy failure or moral scandal? Political accountability, journalism and new public management. *Media, Culture and Society*, v. 35, n. 8, p. 960-976, 2013.
- ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n° 4, p. 51-58, 1993.
- _____. **Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy.** Chicago: The University of Chicago Press, 2004, 229 p.
- FALLOWS, James. **Detonando a notícia: como a mídia corrói a democracia americana.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 351 p.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004. 451 p.
- HALLOCK, S. M. **Editorial and Opinion.** Praeger: Westport, 2007.

10º interprogramas de **mestrado** FACULDADE CÁSPER LÍBERO

- IZADI, F.; SAGHAYE-BIRIA, H.. A Discourse Analysis of Elite American Newspaper Editorials: The Case of Iran's Nuclear Program. **Journal of Communication Inquiry**, v. 31, n° 2, p. 140-165, 2007.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003. 302 p.
- MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985. 166 p.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Contracampo**, Niterói, v. 28, n. 3, p. 93-115, 2013.
- SAMPAIO, R.; BRAGATTO, R.; NICOLÁS, M. A. **Inovadora e democrática. Mas e daí? Uma análise da primeira fase da consulta online sobre o Marco Civil da Internet**. Disponível em <<http://bit.ly/1ifSzyF>>. Acesso em 6 mai. 2014.
- SCHUDSON, Michael. **Why democracies need an unlovable press**. Cambridge: Polity Press, 2008. 147 p.
- VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. **Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)**. 234f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.